

Brasília-DF, 25 de junho de 2007.

Comando de Greve Nacional: Léia, Luiz Antônio, João Paulo (JP), Cosmo Balbino, Maria Ângela, Luizão, Walter, Paulo Henrique, Janine, Miguel, Loiva, Fátima Reis, Moura, Chiquinho (RS), Marcos Botelho e Adamoli (**Direção Nacional**); Sirle, Maria Laudemia, Celeste e Valmir (**SINTET-UFU**); Milton, Sebastião e Sérgio (**SINDIFES-BH**); Rosangela (**SINTUFEJUF**); Mauro, Guedes, Bené, Luiz Carlos e Eurídes (**SINTFUB**); Lott (**SINTEST-AC**); João Benício, José Edílson, Aldeni e Ana Paula (**SINTUFCE**); Léia, Ferraz e Solange (**SINTUF-MT**); Edson Vargas, Carlos Alberto, Paulão, Jacaré e Jorge (**SINTUFRJ**); Anselmo, Lucia, João e D'Caro (**SINTUFF**); Chiquinho (**SINTESAM**); Doni (**SINTUFSCAR**); Kátia, José Vicente e Acácio (**SINTUFEPE**); Teresinha e Leny (**SINTUFSC**); Leonir e Carlos Alberto (**SINTUR-RJ**); Lauri e Hernani (**ASSUFMS**); Cabelleira (**ASUFPEL**); Hilton (**ASSUFOP-SIND.**); Nico e Walter (**SISTA-MS**); Jorjão (**ASUNIRIO**); Soares e Uchôa (**SINTUFPI**); Luiz Fernando (**SINDTEST-PR**); Vera e Robinho, (**SINTUFG**); Nilberto, Meneleu e Sandro (**SINTEST-RN**); Adailton (**SINTUNIFEI**); Ivete, Roberto e Melissa (**SINTUNIFESP**) e Cipriano, Raimundo e Mariano (**SINTEMA**).

Errata: Presentes desde 20/06/2007, GT-Dimensionamento e Racionalização: Loiva, Paulo Henrique, Vânia, Marcelo, Cenira e Mariano.

Presentes ao Comando Nacional de Greve desde 20/06/07: Nilberto, Meneleu e Sandro (**SINTEST-RN**) e Adailton (**SINTUNIFEI**).

Observadores: Wesley, Lazaro, Adair e João Ramos (**SINTET-UFU**) e Antônio (**APTAFURG**).

INFORMES NACIONAIS

28 DIAS DE PARALISAÇÃO 46 INSTITUIÇÕES FEDERAIS EM GREVE

ENTIDADE/IFE	GREVE	MOBILIZAÇÃO Observações
NORTE		
01 - UFAC/SINTEST-AC	SIM	
02 - UNIR/SINTUNIR		
03 - UFPA/SINTUFPA	SIM	
04 - UFRA/SINTUFRA	SIM	
05 - UFAM/SINTESAM	SIM	
06 - UFT/SINDAD	SIM	
NORDESTE		
07 - UFPI/SINTUFPI	SIM	
08 - UFMA/SINTEMA	SIM	
09 - UFCE/SINTUFCE	SIM	
10 - UFRN/SINTEST-RN	SIM	
11 - UFERSA/SINTEST-RN	SIM	
12 - UFPB/SINTESPB	SIM	
13 - UFCG/SINTESPB	SIM	
14 - UFRPE/SINTUFEPE	SIM	
15 - UFPE/SINTUFEPE	SIM	
16 - UFAL/SINTUFAL	SIM	
17 - UFS/SINTUFS	SIM	
18 - UFBA/ASSUFBA	SIM	
19 - UFRB/ASSUFBA	SIM	
CENTRO-OESTE		
20 - UFG/SINT-UFG	SIM	
21 - UNB/SINTFUB	SIM	
22 - UFMS/SISTA-MS	SIM	
23 - UFGD/SISTA-MS		
24 - UFMT/SINTUF-MT	SIM	

SUDESTE		
25 - UFMG/SINDIFES-BH	SIM	
26 - UFOP/SIND-ASSUFOP	SIM	
27 - UFV/ASAV	SIM	
28 - UFLA/SINDUFLA	SIM	
29 - UFSJ/SINDS	SIM	
30 - UFTM/CLG - categoria	SIM	
31 - UFU/SINTET-UFU	SIM	
32 - EFOA/SINTEFOA		
33 - UFJF/SINTUFEJUF	SIM	
34 - UFSCAR/SINTUFSCAR	SIM	
35 - UNIFESP/SINTUNIFESP	SIM	
36 - UFRRJ/SINTUR-RJ	SIM	
37 - UFRJ/SINTUFRJ	SIM	
38 - UFF/SINTUFF	SIM	
39 - UNIRIO/ASUNIRIO	SIM	
40 - UFES/SINTUFES	SIM	
41 - UNIFEI/ASSEFEI	SIM	
SUL		
42 - UFPR/SINDTEST-PR	SIM	
43 - ITEF/SINDTEST-PR	SIM	
44 - UFSC/SINTUFSC	SIM	
45 - UFRGS/ASSURGS	SIM	
46 - UFPEL/ASUFPEL	SIM	
47 - UFSM/ASSUFSM	SIM	
48 - FURG/APTAFURG	SIM	
TOTAL	46	

A LUTA CONTINUA **CNG AVALIA QUE A GREVE ESTÁ NO CAMINHO CERTO E AINDA HÁ MUITO QUE CONQUISTAR**

Nossa Greve completa 28 dias. Com o ingresso da UFMA, UFSJ (Universidade de São João Del Rei), UFGD (Universidade de Dourados) **totalizamos 46 Universidades em Greve.** Neste período, foram desenvolvidas inúmeras atividades em Brasília e na base, buscando mobilizar o conjunto da categoria para a luta, dialogar com a sociedade acerca do eixo de nossa Greve e demonstrar aos poderes constituídos, como legislativo, gestores das Universidades e Governos da legitimidade e justiça de nossa pauta reivindicatória.

A nossa Greve já capitaliza saldos positivos, como pautar no Congresso Nacional (CN) o debate acerca do PLP 01/2007, na lógica dos Trabalhadores, desnudando as inúmeras contradições existentes no PL e denunciando as conseqüências que advirão daquele PL, caso seja aprovado. Há mais de 30 dias o PL está paralisado, em sua tramitação, no Congresso Nacional, isto se deve ao fato, do governo estar recebendo pressões de vários setores, além dos trabalhadores que estão na luta.

No entanto temos muito a fazer, que passa pela necessidade de intensificarmos o debate, na base, acerca do mesmo, agendar reuniões com as Bancadas de Parlamentares nos Estados (todos partidos), entregar a Carta que já encaminhamos aos Parlamentares, panfletar o Boletim número 01 que aborda o Tema do PL 01/2007, e exigir o comprometimento da Bancada parlamentar de cada estado, na rejeição do PL no Congresso Nacional.

Ainda considerando elementos do eixo geral, o compromisso do Governo, assinado em documento, de envio ao CN, da Ratificação da Convenção 151 da OIT, até final de julho (*precisamos ficar atentos para esta data*), representa a conquista de uma bandeira histórica para o conjunto da classe, vez que teremos a partir dela as bases para o exercício da autonomia e liberdade sindical, além da garantia da negociação coletiva. Por isso, entendemos que precisamos nos empenhar, **para garantir a institucionalização do Sistema de Negociação Coletiva no Serviço Público, ainda no Governo Lula.** Temos que superar esta situação de refém de governos, no tocante a "falta" de negociação e conseqüentemente a falta de definição de Política Salarial e Data Base. Por isso,

entendemos que temos que pressionar o Governo para dar seqüência ao compromisso firmado com a Bancada Sindical.

Do ponto de vista do Eixo Específico – a luta em Defesa dos HU´s, continua acumulando pontos que serão fundamentais na resistência a transformação dos HU´s em Fundação Estatal. Podemos afirmar que esta semana foi produtiva, pois continuamos dando seqüência à reunião anterior, com reunião de trabalho com o Diretor do Departamento de Residência e Projetos na Saúde / SESU - Wellington, onde trabalhamos o formato do Seminário Nacional acerca dos HU´s. Apresentamos a nossa proposta, e ele incorporou a mesma. Estamos trabalhando uma minuta do "folder" que deverá contar com a contribuição do MEC/SESU. Entendemos que esta luta é longa, e que poderemos colher frutos deste processo.

Como já destacamos, anteriormente, a posição do Conselho Nacional de Saúde (já reproduzida em alguns Conselhos de Saúde Municipais), representa uma vitória nesta Luta contra a transformação dos Hospitais Universitários em Fundação Estatal de Direito Privado. Entretanto a luta continua, e com certeza teremos outros enfrentamentos, que poderão ultrapassar o próprio tempo da Greve.

Ainda na **Semana foi realizado um Seminário, a convite do MP**, dirigido a órgãos jurídicos e de controle da administração Pública, autoridades e técnicos da área jurídica dos ministérios e entidades do Executivo Federal, Estadual e Municipal, professores e membros da comunidade jurídica, que teve como objetivo, debater o Projeto de Fundação Estatal e aparar todas as arestas para que a lei possa ser implantada sem trazer problemas, visando a sua liberação das amarras do estado.

Vários pontos foram levantados, problematizando a instituição do modelo, do ponto de vista jurídico e constitucional, como por exemplo: a questão de pessoal, concurso público, licitações, caráter da fundação pública de direito privado, etc... Estas informações serão detalhadas no relatório, que será disponibilizado no próximo IG.

Diante da necessidade de intensificarmos a nossa Luta em Defesa dos HU´s, reiteramos as Orientações do CNG:

- Solicitar posição dos Conselhos Superiores: Contra a transformação dos HU´s em Fundação Estatal de Direito Privado e em apoio à nossa Greve;
- **ATENÇÃO CLG'S, NO CUMPRIMENTO DESTA AÇÃO!!!!**
- **Abaixo Assinado: Urgente!!!** Precisamos aumentar o número de Abaixo Assinado. Sugerimos que seja feitos arrastões na Universidade, colhendo assinaturas, colocar banca em praça pública, solicitar apoio aos estudantes nesta coleta, passar em sala de aula, montar equipe em rodízio, na frente dos HU´s, colhendo assinaturas.

O número de abaixo assinado até o momento é muito pequeno (um pouco mais de 20.000). O montante de assinaturas demonstra o nosso envolvimento na luta, por isso, solicitamos que seja priorizada esta ação na luta em defesa dos HU´s. Temos que fazer a entrega ao governo, mas não faremos com um número que não retrate a amplitude da Luta.

- Buscar os servidores da área da saúde e conselhos de saúde (estadual e municipal), para explicar o significado das Fundações Estatais de Direito Privado e construir seminários conjuntos para instruir a população do mal que pode ser a implantação de tal projeto;
- Realizar debate com temas que estão na ordem do dia como, por exemplo, PLP – 01 e Fundações Públicas de direito privado.

As atividades da semana deram seqüência às ações indicadas pelo CNG:

No transcorrer da semana, o CNG participou de manifestação, por ocasião da realização da Audiência Pública no Plenário 12 da Câmara dos Deputados (4ª feira/20 de junho), com a presença do Ministro do Planejamento Paulo Bernardo. Na ocasião distribuimos o **Boletim nº 03** (disponível na página) – onde denunciávamos e repudiamos qualquer iniciativa que restrinja o exercício do direito de Greve. No desenrolar da Audiência o Ministro Paulo Bernardo, informou que o Governo está negociando as pendências setorializadas, e que, em particular, a pauta da FASUBRA será desenvolvida na Mesa Setorial, com o MP e MEC.

No mesmo dia, a FASUBRA, participou de Audiência Pública, a convite do Presidente da Comissão de Educação do Senado – Cristóvão Buarque. Nesta oportunidade, a FASUBRA colocou a questão da Greve naquele espaço do Legislativo, solicitando apoio aos Senadores (as). Apresentamos a nossa posição acerca da Política Educacional em nosso país, cobrando a realização da Conferência Nacional da Educação, como instrumento estratégico e urgente, para a construção de uma Política de Estado para Educação Brasileira, que coloque a Educação como prioridade neste país. (O relatório será

disponibilizado no próximo IG). Da mesma forma, uma representação do CNG, distribuiu o Projeto de Universidade Cidadã para os Trabalhadores e o Boletim nº 02 da Greve.

Reunião com o MP e MEC – 21 de junho

O CNG avaliando a reunião ocorrida no dia 21 de junho, entre MPOG, MEC e Fasubra, considerou como avanço, a continuidade das negociações, sem retaliações. Isto prova que nossa greve esta correta e que as ações que estamos realizando no CNG e, principalmente na base, estão surtindo efeitos e que só estamos mantendo reuniões periódicas, devido ao fato de estarmos em greve, caso contrario, estaríamos fadados a nos sujeitarmos a um calendário muito mais longínquo e moroso, e sua concretude com certeza se daria em estado mais lento.

O CNG preparou várias atividades que foram desenvolvidas em frente ao Ministério do Planejamento, antes do início da reunião. Foi feito um "varal" com fotos e informações das Universidades em Greve. Decoramos todo o ambiente em frente ao MP com balões azuis e brancos.

Foi ainda organizada uma atividade "**mística**" onde os companheiros (as) do CNG representaram uma "**Ladainha da Greve**", onde tivemos um **padre italiano** e **carpideiras** (mulheres pagas para chorar nos velórios). O texto da Ladainha retratou o nosso eixo da Greve, que através de recursos lúdicos e com humor, apresentou aos "transeuntes" o objetivo de nossa Luta.

Com relação à reunião, o CNG avaliou que a equipe do governo demonstrou pouco conhecimento sobre o conceito da nossa carreira, do ponto de vista de sua concepção e significado, principalmente no tocante a afirmação de uma identidade para o conjunto da categoria e a articulação existente, entre o desenvolvimento de pessoal e a concepção de Universidade e de Estado.

Nesta reunião tivemos a oportunidade de rebater e dialogar com a concepção (ou falta dela) de carreira que o Governo vem adotando para o conjunto do serviço público, deixando bem claro que está em pauta, do ponto de vista do interesse da categoria, neste momento da Greve, apenas a evolução da tabela salarial e não a concepção de carreira que, no nosso caso, foi discutida e aprovada em 2004 entrando em vigor em 2005, através da Lei 11.091.

Entendemos que o nivelamento (FASUBRA e MEC/MOPG ocorrido nestas duas primeiras reuniões, proporcionará, para a próxima semana, o início efetivo de estudos/simulações de tabelas com vistas ao aprimoramento de nossa carreira, baseadas nos parâmetros aprovados nos Fóruns deliberativos da categoria. O CNG tem a clareza e comprometimento de que não temos autorização para negociar nenhum índice que não traga resultado positivo para o conjunto de nossa categoria.

Nesta reunião, além do Governo reafirmar a política e comprometimento de trabalhar a evolução da Tabela, buscando a correção das distorções, foi informado que o Ministério do Planejamento, já tem autorização para trabalhar a repercussão da extensão do Plano de Saúde para 2007. Não foi apresentados maiores detalhamentos, mais esta inflexão do governo demonstra mais um avanço no processo negocial, vez que, na reunião passada, o governo tinha colocado que recursos para o Plano de Saúde, só seriam alocados a partir de 2008.

Diante do exposto, orientamos nossas entidades de base, através de seus CLG's, que:

- ✓ Intensifiquem a Luta, envolvendo todos os setores na Greve;
- ✓ Realização de Atos nas Reitorias;
- ✓ Só trabalhem com as informações oficiais divulgados no **IG**;
- ✓ Reuniões conjuntos dos CLG's naqueles Estados, onde existem mais de uma universidade, para construir ações conjuntas e dar visibilidade da nossa greve no Estado para população em geral;
- ✓ Realização de Assembléias Gerais em espaços abertos para dar visibilidade ao movimento;
- ✓ Panfletagem sobre o motivo de nossa Greve no momento de realização das AG's;
- ✓ Fazer manifestações nas entradas principais das Universidades;
- ✓ Universidade nas Ruas: oferecendo atividades de profissionais de saúde (pressão, exames de glicose, etc...);
- ✓ **Encaminhar e-mail pela base:** ao MEC, ao MPOG, Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores;

O CNG, neste ínterim:

- ✓ Realizará de atividades de nivelamento/capacitação, com o CNG, acerca da política aprovada no tocante a negociação da evolução da Tabela e a concepção da Carreira.

COM RELAÇÃO ÀS CARAVANAS:

- ✓ O CNG avalia que as entidades devem discutir e se preparar para caravana a Brasília, pois o momento oportuno para convocar as Caravanas já está muito próximo.
- ✓ O CNG avaliará o momento correto e indicará, após a reunião do dia 02/07, tendo por parâmetros: avanço das negociações da FASUBRA – necessidade de pressão política para atingir os objetivos da categoria.

O CNG SOLICITA O ENVIO DE INFORMAÇÕES DO PERCENTUAL NÍVEL, DE PARALIZAÇÃO NAS IFES. Estas informações serão de consumo interno do CNG.

REFORÇAMOS A NECESSIDADE DE ENCAMINHAMENTO DAS MOÇÕES EM APOIO A NOSSA GREVE, APROVADAS PELOS CONSELHOS SUPERIORES, ASSEMBLÉIAS, CAMARAS E DE PARLAMENTARES. ESTAS SERÃO PUBLICADAS NO INFORMATIVO DE GREVE.

**EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS
PELO APRIMORAMENTO DE NOSSA CARREIRA
RECURSOS PARA O PLANO DE SAÚDE COMPLEMENTAR
NÃO AO PROJETO DE FUNDAÇÃO ESTATAL DE DIREITO PRIVADO**

FORÇA NA LUTA

**RELATÓRIO DA REUNIÃO COM O MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E MEC
21 DE JUNHO DE 2007**

Presentes:

MOPG: Duvanier, Idel, Wladimir, Penha, Sandra, Mari, Ana Lucia.

MEC: Maria do Socorro (Nina).

CUT: Lúcia Reis.

Representante Parlamentar: Márcia Abreu.

FASUBRA: Léia, Luiz Antônio, Almiram, João Paulo (J.P.), Loiva, Paulo Henrique Luizão. (**Direção Nacional**), Fatinha (SINT-UFG), Moacir (ASSUFMS), Aldeni (SINTUFCE), Jorge Teles (ASUNIRIO), Lucia (SINTUFF), Milton (SINDIFES-BH), Nico (SISTA-MS).

O Secretário de Recursos Humanos, Duvanier Paiva, iniciou a reunião aproximadamente às 17h00min, onde este pediu desculpas à FASUBRA pelo atraso em virtude de que estavam em reunião com outras categorias. Informou que na reunião da equipe técnica com a FASUBRA, foi possível entender a metodologia do processo de evolução da tabela apresentada pela FASUBRA.

O Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento convidou a Coordenadora-Geral de Carreiras e Análise do Perfil da força de Trabalho – Maria da Penha - para passar as impressões que tiveram após a discussão técnica que aconteceu na terça-feira com os representantes do CNG/Fasubra acerca da nossa proposta. A representante do governo coloca que, calculando a proposta da FASUBRA, a mesma terá como estimativa de repercussão orçamentária, tendo por referência um piso inicial para a classe A, de R\$ 1.140 [patamares de 3 salários mínimos (SM)] e 5% de step, um total de R\$ 9 bilhões. A referência da FASUBRA no tocante a estrutura da tabela, tem como indicador o piso de 3 SM, na época do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE) - em 1987. O valor do salário mínimo atual é outro considerando a evolução do salário mínimo, portanto não poderia ser referência.

representante do governo informou que analisando a estrutura da proposta da FASUBRA, constatou que a mesma trabalha com critérios internos da categoria e que estes critérios são limitados, ou seja, são necessários que se busquem outros parâmetros e indicadores adequados. **Estes parâmetros para o governo representado pela coordenadora Penha foram traduzidos nos seguintes aspectos:** 1. Comparação com o piso da nossa categoria, com o salário de um professor associado; 2. Relação salário de um trabalhador da nossa categoria da classe A, recebendo mais que um salário mínimo (mercado); 3. Relação Mercado; 4. Problema da vinculação da matriz. 5. Fala que tem cargos de NS (integrantes da Classe E) que não possuem a exigência de formação superior (graduação) para ingresso, nesta fala se refere aos marítimos.

Logo a seguir a representação Sindical manifesta-se relembrando ao governo que a FASUBRA, nesta Mesa, está cobrando a continuidade do cumprimento do Acordo de Greve, firmado em 2004, quanto ao aprimoramento da Carreira e evolução da Tabela. Este Acordo foi cumprido em quase sua totalidade, só faltando neste momento o avanço das etapas para evolução da Tabela a partir dos parâmetros históricos, articulado a proposta de metodologia de evolução da Tabela. A representação da FASUBRA diz que em duas audiências públicas ocorridas, o Ministro Paulo Bernardo afirmou que tinha autorização de negociar a nossa tabela. A FASUBRA quer contribuir com a construção de simulações para a evolução da tabela e tem trabalhado com vários exercícios e simulações, para tanto, temos cobrado de forma sistemática, espelho da folha para continuarmos realizando simulações com maior precisão.

firmamos que não vamos discutir concepção da Carreira e não vamos mudar a nossa concepção da carreira, no tocante ao valor social do trabalho e aos critérios para a pontuação dos cargos nas classes. Este modelo da Carreira foi resultado de um longo processo de maturação e vitória do movimento, por isso não está em discussão nesta Mesa Salienta que a discussão da nossa concepção de carreira tem 20 anos de luta e em 2003 foi longo o processo de convencimento, o governo demorou muito a ser convencido, principalmente alguns setores de governo, como o Ministério do Planejamento.

A bancada salienta, ainda, que a construção da carreira ocorreu segundo alguns elementos importantes que resultam na sua concepção, na classificação dos cargos, tais como: escolaridade, experiência, nível de responsabilidade, esforço físico. A reivindicação colocada pela FASUBRA expressada no eixo da Greve tem por referência central a evolução da Tabela, passando pelo aumento do piso, que foi resolução da plenária, conforme os parâmetros do PUCRCE de 87. A proposta metodológica aproxima a diferença histórica entre os níveis integrantes da Carreira da FASUBRA e as diferenças históricas com outras categorias do serviço público. Reafirmamos a nossa visão acerca do papel dos Serviços Públicos para o país, articulado a uma visão e concepção de Estado, papel dos Servidores Públicos e a necessidade da construção das DPC (Diretrizes de Plano de Carreira). Do ponto de vista de referências de valores de piso, acrescentamos que fazer um referencial com o Mercado demanda um trabalho mais complexo, e que esta discussão não é pauta de nossa greve, pelo contrário, a discussão sobre concepção de carreira esta fora de cogitação para a categoria e que neste momento da Greve temos que discutir apenas a evolução da tabela tendo por referenciais os valores dos pisos das carreiras do executivo.

Não vamos abrir mão da concepção de nossa carreira, por esta representar uma conquista histórica da categoria no tocante à afirmação de uma identidade para a categoria - a partir da Carreira, temos assegurado na Lei uma identidade única: Trabalhadores em Educação Técnico-Administrativos. E continuamos com a utopia da construção de uma política de Carreira que qualifique o papel dos trabalhadores no Serviço Público. Neste sentido colocamo-nos a disposição de contribuir, através de exercícios.

A Bancada Sindical reforçou os elementos contidos na metodologia da construção da estrutura da tabela, dizendo que a plenária, autorizou a quebra da linearidade da estrutura da tabela, e que esta proposta permite resolver as distorções entre as classes, sem perder o vínculo. A representação sindical coloca que quanto à peculiaridade dos marítimos, esta questão é garantida em Lei própria. Acrescentamos que o número de cargos nesta situação é pequeno, ou seja, integrem a Classe E, sem a exigência de Graduação para o Ingresso. Ressalta que lei é para ser cumprida.

A representação sindical questiona a representante do MEC (Maria do Socorro, conhecida como Nina) que acompanhou e foi defensora da Carreira (sua concepção e princípios). Com a palavra a Coordenadora de Carreira do Ministério do Planejamento, Penha reforça a sua opinião acerca das disparidades salariais, a partir de uma análise efetivada, tendo por referência os pisos das categorias que integram a carreira dos Técnico-Administrativos. Colocou ainda, que é preciso trabalhar avanço na estrutura da tabela que resolva os problemas de gestão. Reforçou que precisa trabalhar com parâmetros, tipo, equivalência com mercado, função, etc.

O MEC através da Coordenadora Nina diz que acompanhou a evolução da nossa Carreira e que houve avanço na concepção e na identidade do servidor técnico-administrativo. O grande problema é a matriz salarial, que é muito baixa. Não conseguimos avançar com o projeto de cargo único, onde a ascensão Funcional foi considerada Inconstitucional. Acrescentou que é necessário, estabelecer alguns parâmetros, considerando esta questão.

A representação do CNG (Comando Nacional de Greve), mais uma vez, colocou que é necessário avançar no processo de negociação, a partir das propostas já apresentadas na mesa pela FASUBRA, inclusive do ponto de vista metodológico (variação de pisos, de step etc..). O Coordenador - geral de Negociação e relação Sindical Idel, coloca que na reunião apareceram outros sinais, que não estavam na reunião passada. Novamente a representação sindical rebate que os sinais desta reunião são os mesmos da reunião passada, ou seja: resolução do VBC - que congela salários de uma parte da categoria,

evolução da Tabela, Recursos para o Plano de Saúde. Diante disto, precisamos tratar de trabalhar maiores detalhamentos de nossa proposta na reunião técnica, para avançar em exercícios de simulação de Tabela. A nossa expectativa era de que tivéssemos avançado já para esta reunião. A FASUBRA tem proposta, como já foi falado e temos autorização de plenária para discutir nossos limites e flexibilizações. Dando continuidade os representantes da Fasubra reforçam a questão da necessidade de recursos para o Plano de Saúde e questiona o governo em relação a este ponto da pauta emergencial.

A representação da FASUBRA coloca ainda, que não devemos delimitar a discussão dos valores de nossa tabela, dentro de limitadores, como o salário dos docentes, a não ser que consideremos a remuneração total. Ainda manifestamos nossa posição contrária à comparação com a lógica mercantilista para discutir a carreira, que dividirá inclusive valores salariais entre cargos de classes. Defendemos que a relação salarial deve se dar por dentro dos salários do poder executivo. Acrescentamos que a comparação tem que ser por dentro do serviço público e que para calcular nossa defasagem em relação às outras categorias não deve ser observado apenas o salário base (piso da classe "A"), já que caso não tivéssemos incorporado a GAE, 160 %, o nosso piso seria muito maior que o atual, uma vez que, semelhante aos trabalhadores das outras áreas, teríamos que ter uma complementação em relação ao salário mínimo, o que implicaria num piso de R\$ 988,01 (não está considerando as gratificações de antecipação da carreira), trazendo uma defasagem de 40,75 %.

Questionamos acerca da disponibilidade orçamentária para a evolução da Tabela, a partir dos recursos necessários para a evolução da mesma, em etapas, conforme o governo tem proposto. A representação da CUT reforça este questionamento, argumentando que a FASUBRA já colocou na Mesa que é possível avançar no debate, a partir da apresentação de uma proposta por parte do governo. O governo prometeu em acabar com a situação salarial vivenciada pela FASUBRA, pois continuamos com o menor piso salarial. O governo responde que o processo de negociação é difícil e longo. A representação da Bancada Sindical colocou que no ano de 2006, a FASUBRA investiu nos trabalhos dos GT's, e infelizmente não houve nenhum processo de negociação efetivo, mesmo com a cobrança da FASUBRA. O SRH/MP, não negocia há dois anos. Por isso é que hoje estamos em Greve, para garantir um efetivo processo de negociação. A representante dos parlamentares, fala que a FASUBRA precisa de dados, do espelho da folha. Diz ainda, que a FASUBRA não é greveira, está em greve pela necessidade.

O Secretário de RH, Duvanier, fala que conhece a FASUBRA, e que tem ótimas referências. Diz que não faltam dados à FASUBRA - que a administração é transparente e que avaliará o momento e a possibilidade de dispor o espelho da folha. Enquanto gestor analisa que a folha é questão de segurança, por isso, estará avaliando a possibilidade de entrega.

A representação da FASUBRA diz que a afirmação do governo em resolver o problema da tabela é um dado importante e que é necessário avançar nesta perspectiva e questiona se o governo aceita a metodologia apresentada pela FASUBRA.

O representante do governo, diz que não é uma questão de aceitação da metodologia e sim de entendimento da metodologia apresentada pela FASUBRA. Fala que a greve é um instrumento político importante e que o governo poderia dizer que não vai negociar em greve, mais não é esta a política do Governo. Fala que quer aperfeiçoar o processo de negociação e não é interessante somente medir forças. Demonstra estarem preocupados com a greve, afirmando que o processo pode ser longo e que a greve preocupa, pois pode prejudicar a qualidade da negociação. Quando a recursos para o Plano de Saúde, o Secretário Duvanier, informou que o governo autorizou a secretaria a realizar estudos sobre impacto do Plano de Saúde, ainda para 2007.

A representação da Bancada Sindical, apresenta como proposta que fique acertada uma agenda, para as reuniões técnicas e mesa de negociação. O governo propôs que na segunda-feira (25 de junho) - seja realizada a reunião técnica da representação sindical com a representante do governo (Sandra) onde deverão ser apresentados dados, referentes aos parâmetros utilizados pelo governo para chegar ao montante de recursos necessários para a evolução da tabela. E ainda nesta semana, realizar mais uma reunião técnica com toda a representação do governo e FASUBRA para estudar a evolução da tabela (nossas propostas, confrontar com a do governo) e VBC. Esta reunião ficou indicativamente agendada para quarta ou quinta feira. A próxima reunião política **da Mesa de Negociação, ficou agendada para o dia 2 de julho.**

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

Data	JUNHO
11 a 16	5º Congresso Nacional do MST
13	Reunião do Conselho Nacional de Saúde
15	Encontro Nacional do Leilão da Vale do Rio Doce
19 e 20	Reunião Ordinária da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS – MNNP-SUS.
22 e 23	1º Encontro Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores com Deficiência – Hotel Normandie – São Paulo-SP
A Definir	4º Encontro dos Servidores Negros e Negras e Militantes do Movimento Anti-Racismo Técnico-Administrativos em Educação das IES
	JULHO
01	Plenária Nac dos SPF's - Bsb
03, 04 e 05	Reunião para discussão sobre Hospitais Universitários – GT-HU - Bsb
05	CUT NAC – Dia Nacional de Luta
08 a 13	SBPC - Belém/PA
15 e 16	Reunião do GT-Segurança
20, 21 e 22	VI ENSAR – CUT NAC – Local a definir
22 e 23	Encontro Nacional dos Trabalhadores Portadores de Necessidades Especiais
25 e 26	Seminário Nacional de Previdência Social